

HABEAS CORPUS Nº 553.825 - SP (2019/0382895-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : FERNANDO JOSE COSTA JANUNCIO
ADVOGADO : FERNANDO JOSÉ COSTA JANUNCIO - SP231033
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LANDER ESTEVAM FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 39):

HABEAS CORPUS - ARTIGO 33, DA LEI 11.343/06 "CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ORDEM DENEGADA.

O paciente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, pela prática do crime de tráfico de drogas.

A defesa sustenta ausência de fundamentação concreta no decreto prisional, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi deferida (fls. 45-46).

As informações foram prestadas (fls. 58-61).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela concessão da ordem (fls. 63-66).

Na origem, o processo n. 1501181-78.2019.8.26.0621 encontra-se em fase instrutória, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/8/2020, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 31-32):

[...] O presente refere-se a crime previstos pelo Artigo 33, "caput". Lei 11.343/2006, crime punido com pena privativa de liberdade superior a quatro anos (art. 313,1 do CPP). Com efeito, há elementos suficientes que demonstram a existência do crime, consubstanciados nos documentos que

acompanham o flagrante, bem como há indícios suficientes da autoria, revelados pelos depoimentos dos policiais que efetuaram as diligências. **Tais elementos indicam que a manutenção da custódia cautelar não só é necessária para aplicação da lei penal e para a instrução criminal (art. 282, I, do CPP) como também se revela adequada ao caso, devido à gravidade dos crime a ele imputado.** Por outro lado, não se vislumbra, ao menos por ora, a possibilidade de substituição por outra medida cautelar diversa da prisão (art. 282, § 5º do CPP). Isso porque, na espécie, as medidas elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal revelam-se insuficientes (art. 310, II do CPP). Não existe também a possibilidade de aplicação de fiança (art. 319, VIII do CPP), porque a Constituição da República (art. 5º, XLIII) e o Código de Processo Penal (art. 323, II), o vedam. Há, ainda, o fato de que a Administração não dispõe de meios eficientes para coibir novas práticas delitivas (tornozeleira e fiscalização de outras hipotéticas medidas alternativas não estão disponíveis). Deve-se ainda considerar que a diligência policial somente foi realizada graças a denúncias de pessoas anônimas, que inconformadas com a ação do acusado, acionaram os milicianos, que ao comparecer na residência do acusado e o flagraram no momento em que embala a droga apreendida. Destarte, só resta, pois, a conversão do flagrante em preventiva, nos termos da lei (inc. II, do Artigo 310 citado) para assegurar a ordem pública, evitando eventual volta à delinquência ou continuidade, a julgar pelas circunstâncias em que se deu esse flagrante. Posto Isso, presentes os requisitos previstos no art. 312 c.c. 313, inc. II, ambos do Código de Processo Penal, e, porque inviável a aplicação de medidas cautelares diversas (art. 310, II, CPP), conforme já registrado, converto as prisões em flagrante, as quais deverão ser mantidas, convertendo-as em preventiva.

Conforme decisão liminar, vê-se que consta do decreto prisional fundamentação baseada na gravidade do delito de tráfico de drogas imputado ao paciente.

Como direito de estatura constitucional, a liberdade, para ser restrita, demanda concreta fundamentação a evidenciar que, de outro modo, restaria em risco um dos pressupostos do art. 312 do CPP.

No caso, denota-se que o decreto de prisão não traz qualquer motivação concreta para a prisão, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, não justificando, assim, a aplicação/manutenção da cautelar extrema.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente LANDER ESTEVAM FILHO, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária medida cautelar penal, inclusive menos grave que a prisão

Superior Tribunal de Justiça

processual.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator